

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

DE VILLA 31 A BAIRRO PADRE MUJICA: UM PROCESSO DE PROJETO

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ASSENTAMENTOS URBANOS PRECÁRIOS NA
AMÉRICA LATINA: PERCURSOS E TRANSFORMAÇÕES EM DEBATE

André de Oliveira Torres Carrasco
Professor Adjunto. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. UFPel.
andre.o.t.carrasco@gmail.com

DE VILLA 31 A BAIRRO PADRE MUJICA: UM PROCESSO DE PROJETO

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a Villa 31, atualmente a maior favela da Cidade Autônoma de Buenos Aires, traçando um panorama de seu processo de formação, de sua história dentro da história da cidade de Buenos Aires; dos momentos em que a comunidade foi atacada ou defendida e, finalmente, das propostas desenvolvidas por técnicos e moradores no sentido de sua urbanização e consolidação enquanto único bairro popular da Zona Norte da Capital Federal.

Palavras-chave: Buenos Aires. Favela. Urbanização.

FROM VILLA 31 TO PADRE MUJICA DISTRICT: A DESIGN PROCESS

ABSTRACT

The goal of this paper is to present the Villa 31, currently the largest slum in Buenos Aires, drawing a overview of their formation process, its history within the history of the city; the moments when the community was attacked or defended and, finally, the proposals developed by technicians and residents towards its urbanization and consolidation as the only popular district in the North Zone of the Federal Capital.

Keywords: Buenos Aires. Slum. Urbanization.

1. INTRODUÇÃO.

No Brasil, de um modo geral, excetuando-se alguns regionalismos, os assentamentos resultantes de um processo de urbanização precária, destinados à moradia de uma fração significativa da população de baixa renda são conhecidos como favelas. Na Argentina, no espanhol rio-platense, são chamadas de villas. Culturas distintas definiram nomes distintos para um mesmo fenômeno. Desse modo, villas e favelas apresentam-se como a expressão concreta da forma pela qual o acirramento das desigualdades no processo de produção e apropriação do espaço urbano foi imposto, nesses contextos, como condição necessária para desenvolvimento do processo de modernização das metrópoles latino-americanas ao longo do século XX (CARRASCO, 2014a).

As semelhanças formais entre as urbanizações precárias argentinas e brasileiras, presentes em todas as suas escalas (ocupação de áreas públicas ou áreas privadas desvalorizadas, ausência de um projeto de parcelamento do solo, carência de infraestrutura urbana, alta densidade construtiva e populacional e unidades habitacionais autoconstruídas) coexistem com as diferenças observadas em seus conteúdos, definidas pelas formas particulares de desenvolvimento histórico e social observadas em cada contexto. Particularidades que, por sua vez, devem necessariamente ser tomadas como referências no momento de constituição de um processo de projeto que tenha em seu horizonte a subversão da desigualdade e da precariedade urbana. A partir desta perspectiva, o problema que se coloca para técnicos, comunidades, poder público e pesquisadores diz respeito a como tais particularidades são, ou poderiam ser, incorporadas e/ou apropriadas pelo processo de projeto e como os resultados dessa interação se expressariam no espaço projetado e construído.

Caracterizando-se como um estudo de caso, o presente trabalho tem como objeto o Projeto de Urbanização da Villa 31. A partir da apresentação e análise desta experiência buscou-se identificar os termos pelos quais se desenvolveram as relações entre as estratégias projetuais adotadas e os conflitos decorrentes da situação urbana e social daquela comunidade.

Para tanto, a abordagem metodológica sobre o tema foi essencialmente qualitativa, tendo como base revisão bibliográfica, trabalho de campo e entrevistas. Foram levantados dados e informações a respeito da evolução urbana da Villa 31, de sua história e de sua situação atual. Do mesmo modo, foi recuperada a história de seu Projeto de Urbanização: seu ponto de partida, os envolvidos, seus fundamentos, suas estratégias, seu desenvolvimento,

propostas e sua posição dentro a história da própria Villa. O trabalho de articulação destas referências, de sua problematização e de construção de argumentos e hipóteses a respeito do tema desenvolveram-se dentro de limites definidos a partir de uma informação e uma constatação fundamentais: o projeto nunca se transformou em obras de urbanização, sendo sistematicamente boicotado pelo Governo da Cidade de Buenos Aires.

2. UM BREVE HISTÓRICO.

A Villa 31 é a maior e mais antiga favela da cidade de Buenos Aires. Sua origem se remete aos anos 30, quando dentro de seus limites foram construídas moradias provisórias destinadas a trabalhadores da zona portuária, imigrantes na sua maioria. O porto, marco que identifica os que nascem nessa cidade – portenhos – também se apresentou, de forma emblemática, como referência fundamental nos primeiros anos da Villa 31.

Até a passagem do século XIX para o século XX os *conventillos* se caracterizaram como a principal alternativa de moradia para a classe trabalhadora – principalmente para os imigrantes europeus - na cidade de Buenos Aires. Os *conventillos* apresentavam uma organização espacial e social muito próxima a dos cortiços brasileiros. As famílias ocupavam um ou mais cômodos, compartilhavam áreas úmidas e pagavam aluguel ao proprietário do conjunto de moradias. (DIOS, 2009)

No entanto, nas primeiras décadas do século XX, alguns fatores passam a contribuir para a deterioração desse cenário que, mesmo precário, ainda representava alguma estabilidade na relação dos trabalhadores com o espaço urbano. No âmbito das questões de ordem interna, a aceleração do ritmo da industrialização faz com que Buenos Aires passasse a receber grandes contingentes populacionais vindos do campo, que somaram-se àqueles que ainda chegavam de outras partes do mundo. Nas questões relativas à ordem econômica e política mundial, o capitalismo enfrentava um momento crucial, que resultaria na crise de 1929 e consequentemente numa crise local vinculada a queda das exportações. (DEVOTO, FAUSTO, 2008)

Nesse contexto, diante da impossibilidade da construção social de uma resposta aos conflitos urbanos que então começavam a florescer, o caráter provisório daquela ocupação se transformou, ao longo do tempo, em definitivo. As villas se consolidaram, ao lado dos já tradicionais *conventillos*, como alternativa habitacional fundamental para a população portenha de baixa renda. (CARRASCO, 2014b)

No entanto, se os *conventillos* receberam imigrantes italianos, espanhóis, irlandeses, judeus e libaneses, as *villas* receberiam os argentinos pobres das províncias, além de imigrantes bolivianos e paraguaios. Se atualmente alguns *conventillos* são tratados como atrações turísticas e recriados como cenários totalmente desprovidos de conteúdo, servindo como ponta de lança de processos de gentrificação (GUEVARA, 2012), as *villas* e sua cultura são renegadas, e a violência convive com as primeiras, e tímidas, intervenções voltadas a seu reconhecimento e qualificação (LA PODEROSA, 2016).

Nos anos 50, surgiram as primeiras organizações comunitárias na Villa 31, no mesmo contexto da constituição das primeiras organizações villeras da cidade de Buenos Aires. Estas foram reconhecidas pelo poder público somente nos anos 60, a partir da consolidação da Federación de Villas y Barrios de Emergência. Em 1968, mobilizaram-se, junto com a CGT (Confederación General del Trabajo) contra a Lei 17605, que instituiu uma política de remoções. Neste mesmo período o Padre Mujica inicia seu trabalho na Villa 31. Nos primeiros anos da década de 70 se realizam as primeiras melhorias, a partir da instalação de iluminação e energia elétrica. Em 1974 o Padre Mujica é assassinado pela Triple A – Alianza Anticomunista Argentina. Em 1974, iniciou-se o processo de transferência de algumas famílias para o conurbano bonaerense.

A partir de 1976, como resultado das políticas habitacionais praticadas pela ditadura cívico-militar que passou a governar o país, iniciou-se um processo massivo de despejos. A Villa 31 foi reduzida a somente 48 famílias, que resistiram até conseguir junto ao Poder Judiciário uma decisão favorável à sua permanência (CRAVINO, 2009). Foi quando a ocupação recebeu o nome pelo qual é reconhecida atualmente.

A ditadura argentina, como forma de sistematizar sua política de remoções, designou números como nomes para estes assentamentos. As *villas* então passaram a ser tratadas como Villa 1, Villa 2, Villa 3, sucessivamente, até Villa 31. No entanto, essa herança da ditadura transformou-se em bandeira de luta para a população residente. O nome imposto pelos militares foi assumido pelos moradores, pois 31 também é o número que corresponde ao artigo da Constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires que trata do direito à moradia.



Figura 1 – Villa 31. Fonte: Google Earth (2015)

Sua extensão e expansão sobre o território variaram significativamente ao longo do tempo. Antes destas operações de remoção, a ocupação chegou a ter o dobro da área atual. Após a redemocratização, seu repovoamento seria retomado. Desde então, na esteira de sucessivas crises econômicas e sociais, a Villa 31 vem crescendo em número de habitantes e densidade.

Segundo dados levantados pela Dirección General de Estadística y Censos de la Ciudad de Buenos Aires em um recenseamento realizado em março de 2009, a Villa 31 abrigava 7.950 domicílios e uma população de 26.403 moradores (GOBIERNO DA LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 2010). É importante notar que, segundo a mesma fonte, no ano de 2001, ali viviam 12.204 moradores em 3.244 domicílios, e que em um censo realizado no ano de 2010 pela mesma instituição, já seriam contabilizados 8.904 domicílios e 27.013 moradores. (GOBIERNO DA LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 2015)

Em 2009 o assentamento ocupava área de 0,32 km², resultando em uma densidade de 85.171 habitantes por km², cifra bastante superior à média observada, no mesmo período, na Cidade Autônoma de Buenos Aires, de 14.973 habitantes por km². (GOBIERNO DA LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 2010)

Da população total residente na Villa 31, 51% eram estrangeiros, vindos principalmente do Paraguai, Bolívia e Peru. Também em relação à população total, 76,9% viviam em casas próprias e 15,7% em casas alugadas. (Idem, 2010)

Do universo total das residências, 46,8% era térreas, 35,7% possuíam o pavimento térreo e mais um piso e 17,5% possuíam dois pisos ou mais, além do térreo. E 64,3% tinham acesso à água potável no interior da residência. (Idem, 2010)

Ainda que defasados, estes dados podem nos ajudar a construir um panorama a respeito do ritmo de crescimento da Villa 31 nos últimos anos, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

3. SITUAÇÃO URBANA.

A Villa 31 localiza-se no bairro de Retiro, zona central da cidade de Buenos Aires. A ocupação está muito próxima de instituições como a Casa Rosada, o Congresso da Nação e a Chefatura de Governo da Cidade de Buenos Aires. Essa situação, que contribui para que seus moradores possam exercer uma pressão constante sobre a administração pública, também se coloca de certo modo como uma advertência diante da incapacidade crônica do Estado de apresentar respostas adequadas aos conflitos decorrentes do processo de urbanização.



Figura 2 – Villa 31: Situação urbana. Fonte: Intervenções feitas pelo autor sobre base do Google Earth (2015)

A Villa 31 tem seus limites definidos pelas instalações do Porto Novo (Norte), pela Estação Terminal e Pátio de Manobras da linha Ferrocarril San Martin (Sul), pelo Terminal Rodoviário de Retiro (Leste) e pela praça de pedágios da Autopista Arturo Illia (Oeste).

Esses limites representam importantes barreiras urbanas para a Villa 31. Desse modo, seus acessos se restringem a dois dos menores e mais distantes lados de seu perímetro, longitudinalmente opostos. Um deles corresponde ao acesso que se abre para os fundos do Terminal Rodoviário de Retiro e o outro se localiza na rua junto ao Edifício Monumento.

Para compreender as tensões que envolvem a relação da Villa 31 com o restante da Cidade de Buenos Aires, ou pelo menos parte dela, é necessário ampliar a análise para além dos edifícios e equipamentos urbanos que compõem sua vizinhança imediata, considerando para tanto dois aspectos fundamentais de sua situação urbana. Primeiro, o fato de caracterizar-se como uma urbanização precária cercada por alguns dos bairros mais valorizados de Buenos Aires: Centro, Retiro, Recoleta e Palermo. Segundo, por sua localização privilegiada em relação a uma região que desde os primeiros anos da década de 90 vem sendo objeto de investimentos em grandes projetos de infraestrutura associados a operações de especulação imobiliária. Tal região – que tem como marco zero a zona de Puerto Madero e estende-se, junto à margem ocidental do Rio da Prata, até o bairro de Nuñez – caracteriza-se principalmente por compreender zonas residenciais de rendas médias e altas, conjuntos de edifícios de escritório e hotéis de alto padrão, um aeroporto regional (Aeroparque Jorge Newbery), equipamentos culturais significativos (mais de 40 museus, diversas universidades privadas e a Universidade de Buenos Aires) e uma grande concentração de parques e praças, todos conectados por uma rede de infraestrutura de transporte de grande capacidade (vias expressas e locais para carros, metro e trens).

Estamos, portanto, tratando de uma área de 0,32 km² inserida em um contexto que, pelo menos em tese, apresentaria excepcionais possibilidades para a realização de valor e acumulação dentro do processo de produção do espaço urbano. E que se encontra, pelo menos na perspectiva daqueles que pretendiam apropriar-se dessa área para incorporação, imobilizada enquanto possibilidade para ao avanço do capital.

A imobilização de grandes extensões de áreas periféricas urbanizadas – conjuntos habitacionais, favelas, loteamentos clandestinos – teve um caráter funcional em determinados momentos do processo de produção do espaço urbano, inserido na modernização das metrópoles latino-americanas. Mas diante da necessidade sempre presente de se buscar lucros excepcionais, em um contexto marcado pela escassez de terras a serem exploradas e pela dificuldade de produzir esses lucros em áreas centrais consolidadas, essa imobilização passa a ser problemática na medida em que essas áreas representam os últimos “lugares ainda a explorar”, ao mesmo tempo em que se caracterizam como “verdadeiras muralhas para o processo do capital, do ponto de vista da economia urbana” (DAMIANI, 2004, p.36). Disso resultaria a necessidade de sua mobilização, ou reintegração ao circuito do capital, tanto pela valorização através da implantação de infraestrutura quanto pela redefinição de seu status jurídico institucional.

Em outubro de 2013, em uma entrevista a um programa televisivo, Gabriela Michetti, então candidata a senadora nacional pelo PRO – Propuesta Republicana - (partido de centro-

direita liderado por Mauricio Macri, chefe de governo da cidade de Buenos Aires entre os anos de 2007 e 2015 e atual Presidente da República), afirmou que

“La Villa 31 es el único lugar que es muy difícil de transformarlo en barrio. Se puede darles títulos de vivienda. Como estos terrenos son muy apetitosos para el sector inmobiliario, compra esos lugares (sic) y con ese dinero la gente puede comprar una casa en cualquier otro lugar de la ciudad. Con ese lugar se puede integrar al puerto o crear barrios para la clase media” (PERTOT, 2013).

É evidente o alinhamento do raciocínio da então senadora com as teorias do economista peruano Hernando de Soto. Teorias que transformaram-se em uma importante referência para a formulação de políticas habitacionais pautadas pela transubstanciação dos problemas em soluções através da mudança de seu “rótulo”, ou, de um modo mais preciso, de seu enquadramento institucional. Em sintonia com as determinações do Banco Mundial, De Soto defende a regularização fundiária por meio da emissão de títulos individuais de posse ou propriedade como forma de “capitalizar” os moradores de urbanizações precárias. O economista propõe que “negócios, atividades e assentamentos ilegais sejam vistos não como “problema”, mas como “capital morto” de valor inestimável, o qual, se devidamente reanimado e transformado em “capital líquido”, pode vir a reativar sobremaneira a economia urbana e a combater a crescente pobreza social” (FERNANDES, 2007, p.48). A simplificação extrema que caracteriza suas análises e propostas, possível apenas quando se desconhece ou se desconsidera as contradições e as particularidades que envolvem a produção do espaço urbano, em um primeiro momento já seriam suficientes para lançar uma sombra de dúvidas sobre seus argumentos. No entanto, ao alinhar-se radicalmente ao ideário liberal das principais instituições responsáveis pelo financiamento de programas de intervenção em áreas de urbanização precária 01nos países periféricos, propondo soluções pautadas por parâmetros estritamente financeiros (extremamente sedutores em um momento de crise) e por um pragmatismo simplificador que apresenta soluções instantâneas para problemas históricos, suas ideias aparecem diante dos desavisados como propostas pertinentes, capazes de reverter o caráter crítico da urbanização nesses contextos, definindo, assim, novos paradigmas de intervenção.

A exposição da atual Vice Presidente da República não deixa margens para dúvidas em relação ao posicionamento, naquele momento, do Governo da Cidade de Buenos Aires diante do problema da habitação precária: este deverá ser resolvido pelo mercado. A emissão de títulos de propriedade (regularização fundiária) seria a única forma de viabilizar o acesso a estas terras por parte dos incorporadores. Primeiro, transformando, por decreto, o ilegal em legal, para em seguida, transformar o legal em negociável. Os moradores

estariam, desse modo, “livres” para negociar sua fração, confrontando os interesses do mercado imobiliário em uma relação nitidamente desigual, convertendo-se, assim, em sujeitos de sua própria expropriação (CARRASCO, 2014a). Desse modo, apresentava-se a seguinte questão: como a comunidade poderia reagir a esta pressão, subvertendo os interesses do mercado e do Estado construindo condições para viabilizar a consolidação definitiva e a qualificação de seu ambiente urbano?

4. O PROJETO DE URBANIZAÇÃO.

No ano de 2002, a III Bienal Ibero-americana de Arquitetura e Urbanismo, realizada em Santiago do Chile, promoveu um concurso de projetos de pesquisa e investigação. Uma equipe binacional, formada por Javier Fernandez Castro, Jorge Jauregui e Pedro Cunha Bocayuva, representantes do Laboratório de Morfologia da FADU – UBA e do Departamento de Sociologia e Política da PUC- Rio, apresentaram um trabalho intitulado “Articulações Cidade formal – Cidade informal na América Latina”, e obtiveram o primeiro prêmio. Com estes recursos, o grupo situado em Buenos Aires organizou uma equipe interdisciplinar formada por profissionais, professores e alunos, que iniciaram o desenvolvimento de um projeto de urbanização para a área da Villa 31.

Os moradores da comunidade foram integrados ao processo, que em parte ocorreu na própria área em questão. Através de reuniões semanais com um corpo de delegados eleitos pelos respectivos setores do bairro, a equipe apresentava os avanços do projeto, expunha suas dúvidas e esclarecia aquelas provenientes dos moradores, recebia sugestões gerais e recomendações específicas relativas a alguma correção nos rumos da proposta.

O projeto tinha como premissas gerais a manutenção das densidades preexistentes, a preservação dos setores mais consolidados e a substituição dos conjuntos de moradias mais precárias. De um modo mais específico, buscava-se respeitar a história daquela ocupação, garantir a acessibilidade, potencializar novas e antigas centralidades, promover sua coesão articulando lógicas heterogêneas e produzir uma mudança drástica na imagem daquele assentamento, tanto para seus moradores quando para a cidade de Buenos Aires como um todo (CASTRO, 2010).

A equipe de projetistas posicionava-se contra uma perspectiva de intervenção que se limitasse somente às possíveis melhorias materiais nas moradias e na infraestrutura local. Tais melhorias deveriam ser promovidas, sem dúvida, mas num contexto de integração e articulação entre os dois modelos de cidade que ali se confrontavam. O projeto deveria,

portanto, incorporar estratégias projetuais que produzissem um ambiente habitado qualificado que pudesse ser apropriado como ferramenta de combate à desigualdade e à segregação. Para tanto, metodologicamente, o projeto se estruturava a partir de três escalas de atenção:

Escala Macro, que contemplava o bairro e sua inserção na Região Metropolitana, na qual se enfatizavam as relações do bairro com a infraestrutura ferroviária e rodoviária existente e as possibilidades de conexão metropolitana delas decorrentes.

Escala Mezzo, que contemplava o bairro e seu entorno imediato e concentrava-se em questões relativas às conexões com os bairros vizinhos e às articulações entre suas referências de uso e ocupação do solo.

Escala Micro, que contemplava o bairro e sua estrutura interna, as relações morfológicas e programáticas presentes e futuras, e a qualificação das moradias e de sua infraestrutura urbana.



Figura 3 – Villa 31: Projeto de Urbanização. Fonte: CPAU (2010)

Transversalmente a estas escalas, situavam-se as categorias que se caracterizavam como os principais eixos para o desenvolvimento do projeto: **fluxo, referências, habitação, intercâmbios e fronteiras.**

Para uma melhor compreensão das formas pelas quais tais categorias foram incorporadas no processo de projeto, torna-se necessário recuperar algumas das formulações teóricas que fundamentaram sua elaboração. O ponto de partida foi a obra de Kevin Lynch (1999), que a partir da análise de situações urbanas presentes em três cidades norte-americanas

(Boston, Jersey City e Los Angeles) definia cinco elementos fundamentais na composição da imagem das cidades e consequentemente, de sua morfologia: **vias**, **pontos marcantes**, **bairros**, **cruzamentos** e **limites**. Apropriando-se desta teoria e aproximando-a do contexto latino-americano, Javier F. Castro (2008) identificou as formas não ideais, ou críticas, através das quais estes elementos se manifestavam em um cenário de urbanização precária e desigual. Desse modo, em nossas cidades, tais elementos se definiam principalmente como **vínculos** (espaços de fluxo caracterizados pela velocidade, nos quais o percurso é uma mera desculpa para a conexão entre origem e destino), **contentores** (novos espaços de referência, voltados exclusivamente ao consumo, fechados e isolados em relação ao entorno e subtratores das condições de urbanidade que os rodeiam), **conjuntos** (espaços de habitação caracterizados pela tensão entre a homogeneidade interna e a heterogeneidade e segregação em relação ao exterior), **nós** (espaço de intersecção de vínculos, nos quais as referências para apropriação são dadas pelas mudanças de direção e não pelo seu entorno) e **barreiras** (novos espaços de separação, obstáculos urbanos que se caracterizam como expressão concreta da segregação).

O projeto de um conjunto arquitetônico e urbanístico para um contexto de segregação social e espacial não poderia, portanto, tomar estes elementos como referência. Os primeiros, por sua desconexão com a realidade local; os segundos, por expressarem as condições presentes que deveriam ser superadas pelo próprio projeto.

Desse modo, Castro avançou ao propor uma articulação socioespacial entre o modelo anglo-americano de Lynch e o modelo de urbanização desigual característico do contexto local. Disso resultou a formulação conceitual de formas urbanas a serem alcançadas pelo projeto, assim como as práticas sociais, produtivas e políticas delas decorrentes. Tais formas foram definidas como **fitas** (espaços de fluxo nos quais importam tanto as direções quanto as espessuras, onde a sucessão do recorrido constrói urbanidade; espaços simultaneamente dinâmicos e estáticos), **espirais** (espaços de referência de comportamento duplo, por possuírem capacidade de atração e também de irradiar urbanidade), **mosaicos** (espaços de habitação que se caracterizam por uma unidade formada por diversas singularidades; espaços plurais e singulares ao mesmo tempo), **laços** (espaços de intercâmbio, que permitam as mudanças de direção dos fluxos ao mesmo tempo que se transformem em referências de práticas acumuladas) e **dobras** (espaços de fronteira, nos quais limites e intersecções estejam presentes simultaneamente, onde se notem as diferenças e se compartilhem as semelhanças) (CASTRO, 2008). Estas deveriam ser as traduções espaciais para as situações de fluxo, referências, habitação, intercâmbios e fronteiras do futuro Bairro 31.

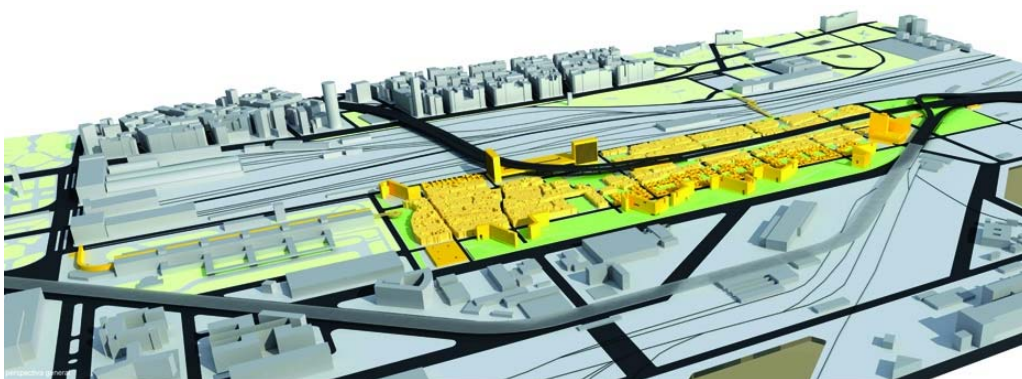


Figura 4 – Villa 31: Projeto de Urbanização. Fonte: CPAU (2010)

Foram definidas, dessa maneira, as duas pontas do processo. Em uma delas, o contexto urbano e social da Villa 31 pré-urbanização. Na outra, as articulações socioespaciais a serem alcançadas. Estabelecer a mediação entre as duas seria a tarefa a ser cumprida pelo projeto. Este deveria formular e consolidar estratégias que culminassem com a sistematização de uma série de ações, ou táticas de intervenção, responsáveis por viabilizar a transformação da Villa 31 em Bairro 31.

Em relação ao fluxo, o projeto definia meios para se efetivar a conexão do bairro com o sistema ferroviário e a autopista Aurturo Illia, assim como a qualificação do sistema viário interno para garantir a acessibilidade do transporte público. As ruas secundárias e as passagens seriam apropriadas tanto como infraestrutura viária quanto como espaços públicos, na medida em que a circulação seria restrita a pedestres.

Tomando como base os lugares e equipamentos então reconhecidos como referencias para a comunidade, o projeto propunha a qualificação da Praça da Feira (próxima à estação rodoviária de Retiro), o fortalecimento das instituições comunitárias locais a partir de melhorias urbanas e edilícias, a consolidação do sistema de espaços livres públicos, incluindo aí a criação de um Parque Central e a construção do Memorial Padre Mugica.

A questão habitacional foi tratada a partir do desenvolvimento de um amplo repertório de soluções possíveis, desde a construção de novas unidades a partir de altas e medias densidades até a qualificação de equipamentos e infraestrutura internos às moradias a serem consolidadas, especialmente banheiros e cozinha. Diversidade programática e flexibilidade sempre estiveram no horizonte das propostas, postura que definia a variedade tipológica observada tanto nas novas moradias organizadas em edifícios em altura quanto naquelas propostas para lotes individuais.

O incremento nos intercâmbios (cultural, social, econômico, etc.) entre o bairro e seu entorno, assim como a fragmentação de suas fronteiras internas e externas, deveriam ser estimulados visando à superação do isolamento da Villa 31 e sua integração com o entorno e a própria cidade de Buenos Aires. Para tanto, foram estabelecidas as seguintes estratégias e ações de projeto: qualificação dos espaços residuais localizados junto ao complexo viário, redefinição do perfil da Avenida Castillo e implantação do Parque dos Imigrantes, construção de uma série de passarelas que possibilitariam o cruzamento das vias de maior tráfego, assim como a conexão com equipamentos vizinhos e a definição de complementos ao sistema viário interno, que possibilitaria a circulação em todos os sentidos e direções dentro do bairro.

A construção destas propostas teve como ponto de partida a elaboração de hipóteses espaciais, formais, construtivas e programáticas que orientassem a transição entre as estratégias projetuais adotadas e a consolidação do projeto do conjunto arquitetônico e urbanístico desejado. Algumas hipóteses se confirmaram, outras não; algumas foram reformuladas ao longo do processo, outras tiveram sua importância relativizada. Dentro deste método hipotético-iterativo (DOBERTI, 2008), o processo de projeto também incorpora o processo de reformulação de suas premissas, que no limite pode significar a reformulação do próprio processo.

É importante destacar que, ter como ponto de partida um conjunto de hipóteses significa iniciar a reflexão projetual a partir da formulação de perguntas, de dúvidas, fato que se opõem conceitualmente a chamada arquitetura de partido, na medida em que a definição de um partido arquitetônico e urbanístico se trata de um exercício de construção de uma síntese excludente (SARQUIS, 2006) que impõe uma série de certezas como fundamentos iniciais para a sequência do processo de projeto.

Os primeiros resultados deste movimento aparentemente contraditório, no qual a construção de dúvidas alimentou a formulação de estratégias projetuais foram consolidados em outubro de 2003, quando a equipe apresentou o anteprojeto de urbanização da Villa 31.

5. O PROJETO COMO FERRAMENTA POLÍTICA.

A conclusão do anteprojeto de urbanização da Villa 31 produziu, em um primeiro momento, entre os próprios moradores, uma mudança de perspectiva sobre o futuro do assentamento. Este anteprojeto, seus desenhos, imagens, levantamentos e orçamentos mostravam que a

urbanização e a transformação da Villa em Bairro era técnica e economicamente viável. Restava construir tal viabilidade também no campo da política.

O projeto converteu-se, desse modo, em uma ferramenta de reconhecimento, mobilização e reivindicação. Ainda em 2003, foi instituída a Mesa de Urbanização da Villa 31, que somava moradores, técnicos e outros colaboradores, e que buscava levar o projeto ao Poder Executivo nacional e local.

Em 2007, Mauricio Macri, defensor da política de remoções e da aliança entre Estado e mercado imobiliário, venceu as eleições para Chefe de Governo de Buenos Aires. No entanto, seu partido não conseguiu a maioria na Legislatura Portenha, fato que abriu uma nova frente de disputa pelo direito à urbanização, fora do âmbito do Executivo.

A Mesa de Urbanização conseguiu apoio dos blocos opositores e juntos recuperaram e levaram para o debate uma série de antecedentes favoráveis ao projeto, como a declaração de interesse recebida de parte dos próprios legisladores meses antes, ações legais encampadas por organizações não governamentais dedicadas à ampliação do direito à moradia, um documento da pastoral villera e uma série de pareceres técnicos relativos à infraestrutura e ao meio ambiente. Simultaneamente, uma série de manifestações levou às ruas e às portas das instituições a pressão popular pela conquista deste direito. No ano de 2009, foi aprovada pela Legislatura de Cidade Autônoma de Buenos Aires a Lei 3343 que tratava da urbanização da Villa 31.

O texto da lei definiu, inicialmente, a formação de um grupo de trabalho multissetorial e participativo, do qual participariam o Estado Nacional, o Governo da Cidade, os moradores e a equipe técnica responsável pela elaboração do anteprojeto de urbanização. Seu objetivo seria revisar e atualizar o este anteprojeto e viabilizar a execução de um projeto executivo e das respectivas obras. Além disso, e talvez o mais importante, a lei também determinou a proibição definitiva da realização de despejos compulsórios e a exigência de que qualquer remoção exigida pelo projeto deveria ser compensada com uma nova moradia dentro do próprio perímetro da intervenção.

Ainda que este percurso, que envolveu um processo de mobilização, projeto e politização do tema “urbanização” não tenha alcançado seu objetivo final, seus resultados não podem ser desprezados. E experiencia ultrapassou os limites da Villa 31, servindo de referencias para as demais comunidades “villeras” de Buenos Aires de do conurbano bonaerense.

Um exemplo nesse sentido é o projeto de urbanização da Villa 21-24, desenvolvido ao longo do ano de 2013 pela mesma equipe que trabalhou no projeto da Villa 31. A partir da constituição, por iniciativa da própria comunidade, de uma Mesa de Urbanização local, a

equipe foi convidada a desenvolver um projeto de urbanização amplo, que atende o bairro em sua totalidade e que é complementado por intervenções pontuais organizadas em torno de programas e projetos arquitetônicos específicos. Segundo Javier Fernandez Castro:

“Estas memorias donde se suceden ilusiones y experiencias fracasadas o incompletas presentan un campo de apertura y recepción para nuevas miradas proyectuales de sesgo participativo, expresadas en gestiones donde lo preexistente sea visto como un patrimonio a mejorar, un inevitable punto de partida, antes que como una anomalía a remover.” (CASTRO, 2013)

Mesmo conhecendo a trajetória do projeto e da lei de urbanização da Villa 31, e convivendo cotidianamente com o desprezo do Governo da Cidade de Buenos Aires, a comunidade da Villa 21-24 optou pelo projeto. Ou ainda, optou pela auto-organização, pela mobilização política e por um posicionamento irredutível em defesa de seus direitos tendo o projeto como fio condutor deste processo.

A constituição de movimentos de auto-organização e mobilização como reação ao desprezo estatal levaram à formação de uma rede de “resistencia villera” presente em todo o país. São assembleias permanentes espalhadas pelas 23 províncias do país e que reúnem, nestas comunidades, cooperativas de trabalho e consumo, núcleos de formação, núcleos de comunicação popular, etc. (LA PODEROSA, 2016)

A mobilização das comunidades “villeras” em defesa de seus direitos não é algo novo e não surgiu com o projeto de urbanização da Villa 31. No entanto, após a euforia dos anos 90 e da crise que se instalou em 2001, é possível interpretar este projeto como catalisador que reuniu e potencializou ideias, propostas e posicionamentos afins, porém ainda dispersos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como nos mostra a nota do jornal Pagina 12 e conforme o comentado anteriormente, o projeto de urbanização da Villa 31 não foi executado. A reeleição de Mauricio Macri como Chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires (2011) e sua eleição para o cargo de Presidente da República (2015) representaram a consolidação e a legitimação de um discurso oficial que naturaliza a precariedade e a desigualdade urbana, definindo a consagração de uma política voltada aos interesses dos grandes investidores e incorporadores, marcada pela drástica redução dos recursos destinados a produção de moradia popular e pela concentração de investimentos públicos nos bairros mais valorizados.

A história nos mostra que a frustração, em geral, é o destino das experiências que buscam subverter esta lógica, que domina o processo de produção do espaço urbano. No entanto, no caso da experiência da Villa 31, a despeito das limitações impostas pela realidade, é possível perceber a importância do processo de projeto enquanto instância de formação política e técnica, além de constituir-se como um ponto de inflexão em relação a experiências futuras.

Em relação ao projeto, é interessante notar como em certa medida esta experiência pode subverter sua condição de ferramenta de dominação. O projeto as possibilidades de intervenção dele derivadas, constituíram-se historicamente como instrumentos de uso exclusivo do Estado e das elites, utilizado segundo os interesses desses setores e muitas vezes solapando qualquer noção de direito que se relacionasse aos setores mais pobres da população.

A comunidade da Villa 31 – e das demais villas, favelas e movimentos sociais latino-americanos – em conjunto com a equipe de arquitetos e urbanistas, apropriou-se da técnica, alterando o sentido de seu conteúdo. Este projeto, esta forma bastante particular de desenvolver um projeto, trocou exploração por solidariedade; segregação por integração; desprezo por reconhecimento; apatia por mobilização e precariedade por urbanização.

Palavra esta – urbanização – que se transformou em bandeira de luta dos movimentos de resistencia villera, incorporando sentidos e significados muito mais complexos que aqueles previstos pelos manuais de urbanismo ou planejamento. Complexidade que, por sua vez, como comentado no início deste trabalho, deve necessariamente retornar ao projeto, transformando-se em pressuposto para o seu desenvolvimento e garantindo assim seu caráter essencialmente subversivo.

BIBLIOGRAFIA

Castro, Javier Fernandez. “Metro <Intra> Meta. Categorías para ler y proyectar la ciudad Latinoamericana”. *Revista de la Escuela de Arquitectura de la Universidad de Talca*. Talca, nº 1, Vol. 1, 2008. P. 30-35.

Castro, Javier Fernandez. *Barrio 31. Posibilidades y límites del proyecto urbano en contextos de pobreza*. Buenos Aires: Ed. IEHu, 2010

Castro, Javier Fernandez. “El proyecto inclusivo em la villa 21-24. (Re)urbanización del bairro 21 24 Padre de la Sierra. Buenos Aires.” *Revista Habitat Inclusivo. Buenos Aires*, nº 2, dez. 2013. Disponível em: <http://www.habitatinclusivo.com.ar/revista/el-proyecto-inclusivo-en-la-villa-21-24/>

Carrasco, André de Oliveira Torres. "O processo de produção do espaço urbano na modernização retardatária brasileira. Uma hipótese sobre novas formas de reposição de desigualdades". *Revista Eptic Eletrônica*. Vitória, Vol. 16, nº 1, jan. 2014(a). Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/1862>

Carrasco, André de Oliveira Torres. "Cuenca Matanza – Riachuelo. Reconhecendo a periferia de Buenos Aires". *Pós – Revista do Programa de Pós Graduação da FAU USP*. São Paulo, nº 35, junho 2014(b). p. 140-153.

CPAU. *Observatorio Metropolitano. Proyecto Urbano Barrio 31 Carlos Mugica*. Buenos Aires: Consejo Profesional de Arquitectura e Urbanismo, 2010. Disponível em: <http://www.observatorioamba.org/proyecto.php?idproy=94>.

Cravino, María Cristina. *La Villa 31 de Retiro. Entre el arraigo y el desalojo*. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2009.

Damiani, Amélia Luísa. "Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo". In: Damiani, Amélia Luisa. *Geografias de São Paulo. Representação e crise da metrópole*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

Devoto, Fernando; Fausto, Boris. *Argentina Brasil 1850 – 2000. Un ensayo de historia comparada*. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2008.

Dios, Jorge Ramos de. "Habitan los inmigrantes". In: Borthagaray, Juan Manuel (comp.). *Habitar Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Sociedad Central de Arquitectos, 2009.

Doberti, Roberto. "Proyecto e Investigación". In: Doberti, Roberto. *Espacialidades*. Buenos Aires: Ed. Infinito, 2008.

Fernandes, Edésio. "Regularização de Assentamentos Informais: O grande desafio dos municípios, da sociedade e dos juristas brasileiros". In: Rolnik, Raquel (org.) *Regularização Fundiária Plena: Referências Conceituais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Ministerio de Hacienda, Dirección General de Estadística y Censos. *Censo de hogares y población. Villas 31 y 31 bis*. Buenos Aires: Dirección General de Estadística y Censos, 2010.

Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, Ministerio de Hacienda, Dirección General de Estadística y Censos. *Censo 2010. Situación y caracterización de los asentamientos precarios en la ciudad de Buenos Aires. Año 2010*. Buenos Aires: Dirección General de Estadística y Censos, 2015.

Guevara, Tomás. "Implementación de políticas habitacionales en contextos de renovación urbana. El barrio de La Boca (1983 – 2009)". In: Herzer, Hilda. *Barrios al sur. Renovación y pobreza en la ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ed. Café de las Ciudades, 2012.

La Poderosa Resistencia Villera. *Ante todo*. Disponível em: <http://www.lapoderosa.org.ar/about/>. Acessado em 19/06/2016.

Lynch, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999.

Pertot, Werner. "El lugar que codician todas las constructoras". In: *Página 12*. Buenos Aires, edição de 15 de 10 de 2013. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-231256-2013-10-15.html>

Sarquis, Jorge. *Itinerarios del Proyecto. La Investigación Proyectual como forma de*